

Jornalismo e representação do mundo

Journalism and representation of the world

Marconi Oliveira da Silva

Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da UFPE,

Doutor em Lingüística e Mestre em Filosofia.

E-mail: filomarc@uol.com.br

Resumo

Defendemos que o jornalismo produz uma representação e um sentido de mundo, que podem ser tidos muito mais como um trato que um retrato da realidade. Os fatos jornalísticos são formas epistemológicas de organizar o mundo, reforçam contextos de modelos estabilizados e, paradoxalmente, apresentam grande carga de indeterminação e ambigüidade nos relatos dos acontecimentos. Assumimos a teoria da indeterminação do significado como um espaço intrínseco à linguagem e cuja determinação de sentido é fruto de uma construção interativa e discursiva da realidade. Ressaltamos os aspectos que dizem respeito ao próprio modo de produção de sentido pela atividade referencial ao não se admitir que de um lado está a linguagem, e de outro os fatos, e que ao indivíduo – o jornalista – cabe usá-los para um relato clarificante e unívoco. Palavras-chave: objetividade, categorização, discurso, fato institucional.

Esboço histórico/teórico

Com o advento da imprensa de Gutenberg, o jornal se consolida como um veículo abrangente de informações relacionadas às idéias e aos negócios de grupos intelectuais e aristocráticos. Até o século XIX, as opiniões das elites revolucionárias predominavam nas páginas dos jornais. Segundo Habermas (1984), a partir daí, a imprensa assume um caráter comercial de espírito capitalista, levando com isso a uma interdependência entre notícia / opinião pública e sucesso empresarial. Em outros termos, o jornalismo passou a apresentar uma visão de mundo para os seus leitores, causando com isso uma adesão desse leitor a essa mesma visão de mundo. Esse acordo vai contemplar a manutenção da ordem social e da empresa jornalística.

Segundo Emery (1965), os tipos de notícias entre 1830 - 1850 na imprensa americana eram de fatos nacionais e internacionais, sobre crimes, violência, paixões, interesse humano, economia e política, porém não havia preocupação alguma com o rigor investigativo na apuração nem maior precisão e exatidão nos relatos. Segundo Kovach & Rosenstiel (2003:63), o jornalismo, quando se livrou do controle político, foi em busca de seu público com base em crimes, escândalos, emoções fortes e endeusamento de celebridades. É a

partir de 1865 que se inicia a “verdadeira revolução” na imprensa, com o surgimento do jornalismo imparcial e objetivo. Essa grande virada foi posteriormente consolidada por Adolph S. Ochs que, de acordo com Talese (200:172), definiu como princípio editorial para o New York Times que as notícias, todas as notícias, fossem dadas com imparcialidade, sem medo nem favor, sem consideração para com nenhum partido, credo ou interesses envolvidos. Em princípio, ainda segundo Talese (2000:70), o jornal tentava ser objetivo na cobertura das notícias, embora, na realidade, nem sempre conseguisse. “Era produzido por figuras humanas, com defeitos, homens que viam as coisas como podiam vê-las, ou como às vezes, queriam vê-las.”

O que queremos ressaltar, ao destacar esses dados históricos, é que esse modelo de jornalismo, preso à verdade dos fatos, foi adotado por quase todos os veículos de imprensa do ocidente durante todo o século XX. No entanto, podemos perguntar: por que foi, aparentemente, tão fácil a adoção da objetividade como sendo a própria essência do fazer jornalístico? É o que tentaremos responder a seguir.

No século XVIII, o empirismo vai buscar na percepção das coisas o fundamento do conhecimento e afirmar que a significação e a verdade se encontram na realidade (mundo

exterior) e na linguagem como sua tradução. É a consolidação da teoria da correspondência que em síntese afirma que a palavra corresponde a objetos do mundo, tal como um espelho reflete o mundo. Para Condillac, por exemplo, é necessário que haja uma correspondência entre os signos lingüísticos e os fenômenos empíricos. A linguagem passa a ser um sistema referencial e o significado está na realidade. E como na realidade “não há homem em geral”, as idéias abstratas são apenas denominações. Não podemos encontrar a essência das coisas, mas apenas as relações delas conosco e entre si. A idéia abstrata que não é resultado da percepção parece referir a outra coisa fora da realidade. A definição passa a ser utilizada como sucedâneo de algo não percebido. Em outros termos, a ciência e a linguagem caminham juntas no progresso da ciência. A proposição lingüística e o fato científico são idênticos.

A influência mais profunda no método científico e em quase todas as áreas do conhecimento humano vem de David Hume. Na obra *Investigação acerca do entendimento humano* (1758), Hume (1972:31) enfatiza que todos os raciocínios que se referem aos fatos parecem fundar-se na relação de causa e efeito. Há sempre uma conexão entre o fato presente e aquele que é inferido dele. Essa teoria da causalidade humeana segue os pressupostos aristotélicos que procuram compreender o mundo descobrindo a ligação dos eventos entre si. A ordenação do mundo se realiza via nossas experiências, em conformidade com a categoria de causa e efeito. Isso quer dizer que cada fenômeno possui um agente determinante e antecedente. “O calor e a luz são efeitos colaterais do fogo, e um dos efeitos pode ser inferido legitimamente do outro. Portanto, se quisermos satisfazer-nos a respeito da natureza desta evidência que nos dá segurança acerca dos fatos, deveremos investigar como chegamos ao conhecimento da causa e do efeito” (Hume, 1972:31).

Da observação de objetos

particulares e da soma de relações entre esses objetos obtemos uma paisagem. Na linguagem acontece o mesmo: as proposições são afirmações de objetos singulares, e das relações das proposições entre si formam-se ou são deduzidas as leis científicas e as teorias da realidade.

Postulado da causalidade

O jornalismo vai adotar o postulado de causalidade e com isso tornar os fatos jornalísticos possuidores de um valor de verdade, porque são resultados de causas percebidas e descritas da realidade. A proposição jornalística sobre determinado fato, se for verdadeira, é idêntica a esse fato. Como diz Condillac (1984:127), “cada proposição que faço sobre este metal, se for verdadeira, é idêntica. Como esta: O ouro é maleável, pois ele significa um corpo, que observei ser maleável e que denomino ouro é maleável, proposição onde a mesma idéia está afirmada em si própria. Assim também, quando o jornalismo seleciona objetos do mundo (idéias, pensamentos, fatos) e os apresenta de forma organizada, esses objetos são idênticos à proposição que os afirma.”

A conclusão a que se chega, partindo das premissas do método científico adaptado para o jornalismo, é que a notícia e a reportagem, por exemplos, são o mundo transformado em textos e imagens. É a própria realidade que o leitor encontra ao abrir um jornal ou ler uma revista de informação. Esse é o que consideramos como sendo o mundo percebido pelo leitor por intermédio do jornalismo. Para reafirmar essa crença, diretores de empresas jornalísticas vendem aos leitores um conceito de credibilidade que ao mesmo tempo incorpora implicitamente outro conceito: a ética. Em outros termos, os editores, assim como os repórteres, são apenas instrumentos para que a realidade chegue tal como ela é a toda sociedade.

Objetos do mundo / objetos-de-discurso / categorização

O modelo acima é uma espécie de realismo, em que se acredita que exista

um conjunto fixo de objetos que são independentes da linguagem e que também haja uma relação fixa entre os termos e as suas extensões. Ora, filósofos e lingüistas, como Wittgenstein, J.Searle, H.Putnam, D.Davidson, que se opõem a esse tipo de realismo, advogam que os fatos, por mais simples que sejam, são projetados por teorias, crenças, conceitos, sensações, sistemas, contextos, conhecimentos e pela linguagem. Isso quer dizer que nenhum fato é um fato puro. Todo fato é percebido e construído constantemente na forma de categorização dos objetos. As categorias são versões públicas do mundo. É uma forma de agir socialmente. É uma construção social do mundo. Diante dessa nova formulação, o valor referencial da língua se dá pela produção contextual e interacional. Não existe o apriori. Com esse novo postulado, a dicotomia fato - valor, segundo Putnam (1992), precisa ser revista, já que a ciência não procura descobrir a verdade; o que ela procura é construir uma imagem do mundo. A razão disso é que o 'mundo real' depende de nossos valores e vice-versa. Se essa posição estiver correta, o que o jornalismo apresenta ao leitor é um mundo construído a partir de valores já estabelecidos, contudo mutáveis. Os textos jornalísticos denominados de notícia, reportagem e entrevista aparentemente apresentam fatos referenciais e objetivamente expostos, porém seus enunciados, como resultantes da confluência das falas e de várias fontes, são elaborações discursivas e independentes dos objetos aos quais se referem. O leitor, no entanto, pode confundir esse mundo jornalisticamente construído com o mundo extramental.

Na concepção tradicional e aristotélica (1985), o mundo pode ser conhecido pela classificação categorial das coisas. As categorias definidas por Aristóteles (substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado, hábito, ação, paixão) são fixas e levam em conta a univocidade do ser. Os múltiplos significados das coisas reportam sempre à categoria principal, que é a substância. Esse paradigma foi

aos poucos sendo questionado, já que muitos objetos do mundo não se enquadram nessa classificação universal e imutável. Como alertava Wittgenstein, "não se deve acreditar que todas as linhas são círculos." Até os termos que nomeiam determinados objetos não resistem por muito tempo com o mesmo significado original. Nessa concepção, é o mundo que deve se adaptar às categorias pré-existentes.

A grande dificuldade encontrada pela ciência no uso dessa categorização clássica e essencialista é que muitos objetos do mundo ficavam sem uma classificação, pois não se enquadravam nas notas estabelecidas para que algo fosse algo. É o caso do mamífero ornitorrinco que levou mais de um século para ser classificado. Outra dificuldade é que os objetos se modificam constantemente no tempo, fugindo ou não se adequando a uma concepção realista. É no início do século XX que estudiosos da psicologia, da linguagem e da filosofia chegam à conclusão de que a referência deve ser entendida como um processo interacional e dentro de contextos específicos. Em termos práticos, chegou-se ao que ficou denominado como "objetos-de-discurso". Esses objetos-de-discurso são proferidos ou criados por um enunciador dentro do processo de referenciação, que se faz levando em consideração o referente estabelecido no discurso e não fora dele. O "objeto-de-discurso não é estabilizado uma por vez por todas, mas está integrado num movimento discursivo, ativado e por ser desativado, introduzido para depois passar a um segundo plano, a desaparecer ou eventualmente ser reciclado," explica Mondada (1994:62-64).

As categorias aristotélicas não são mais as únicas a organizar o mundo. Os falantes e usuários da linguagem podem, devem e fazem categorizações e recategorizações freqüentemente. Um exemplo: quando Jorgina de Freitas foi transferida de uma cela especial para uma cela comum de um presídio, os jornais do dia 26 de agosto de 2002 se referiam a ela como: Jorgina Maria de Freitas / Jorgina de Freitas / Jorgina /

Advogada / Ex-advogada / Fraudadora / Fraudadora do INSS / Detenta / Presa / Ela / Foragida. Aparentemente, os jornais estão apenas evitando repetição de palavras, mas na verdade há um processo de recategorização baseado nos contextos discursivos da notícia. À medida que a advogada é expulsa da Ordem dos Advogados do Brasil, ela passa a ser ex-advogada, dentro dos contextos institucionais já previamente determinados, como veremos a seguir.

Mundo institucional estabilizado

Apesar de ser comum o uso na linguagem de objetos-de-discurso como produto de uma interação entre sujeito humano e suas circunstâncias, e mesmo que esses objetos-de-discurso se tornem referentes evolutivos, sempre permanece a ilusão de que existe um mundo estabilizado fora da linguagem. Isso é possível porque os sujeitos possuem estruturas cognitivas de memória que tornam admissível a estabilidade do mundo pelo procedimento sistemático de organizar a co-construção dos objetos-de-discurso. Em termos lingüísticos e jornalísticos, esse mundo aparentemente estabilizado é produzido por meio de protótipos, nomes, categorias, anáforas, repetições e inscrições. O jornal reproduz esse mundo estável na forma em que está estruturado, na linguagem e nas representações mentais dos leitores. Portanto, mesmo que o referente seja um objeto nomeado por uma expressão, esta pode, em princípio, veicular apenas um conteúdo cultural. Diz Eco (2000:51) que “mesmo podendo o referente ser o objeto nomeado ou designado por uma expressão quando a linguagem é usada para mencionar estados do mundo, deve-se assumir que, em princípio, uma expressão não designa um objeto, mas veicula um CONTEÚDO CULTURAL.” Diz ainda (2000:52) que “a falácia referencial consiste em assumir que o significado de um significante tem algo a ver com o objeto correspondente.”

O que reforça o sentimento de estabilização é o mundo dos fatos institucionais, que, segundo Searle, possuem estruturas capazes de se

interligarem, construindo uma realidade social com bastante visibilidade. Eles funcionam de forma iterativa, isto é, são sistemas interligados de estruturas iterativas operando inteiramente no tempo, e interativa, isto é, subsistem pela aceitação da sociedade, por regras constitutivas e por atos de fala.

Fatos institucionais como o casamento, o dinheiro e a propriedade são exemplos de sistemas interligados por estruturas iterativas ao longo do tempo. A fórmula que representa a aceitação de novos status pelos participantes de uma sociedade é a seguinte: “X equivale a Y em (no contexto) C”. Em outros termos, os fatos institucionais são dependentes da função de status aceitos em determinados contextos.

O jornalismo, por seu lado, vai apresentar esse mundo de fatos institucionais na forma como são vivenciados pelos leitores. Apenas não repete informações já conhecidas, pois assim não haveria comunicação, mas aquele aspecto que se impôs e que foge da normalidade. Exemplo: quando um jornal noticia a invasão de uma fazenda pelo MST, todas as relações iterativas e interativas estão implícitas no texto e na representação mental dos leitores. As fazendas são propriedades de alguém que tem o direito de posse, mas também a obrigação de cultivá-las e torná-las produtivas. É um fato institucional que vira notícia quando os direitos e deveres inerentes a esse fato não são observados pelos possuidores da função de status (fazendeiros) ou por aqueles que querem derrubar esse fato institucional para criar outro no seu lugar, mas como fogem das regras constitutivas e não possuem ainda a aceitação da sociedade, provocam desestabilização e aumentam a noticiabilidade do fato jornalístico.

O jornalismo, por meio da linguagem, contribui ainda para reafirmar essa estabilidade do mundo, seguindo três princípios básicos de processar a impressão de estabilidade: 1. O princípio de estabilidade filosófico-jornalístico assegura que há um acordo entre os interlocutores na aceitação de crenças e fatos. A coerência

e os mecanismos de herança e projeção reafirmam essa aceitabilidade como condição discursiva. 2. A pressuposição como inferência pragmática ligada a fatores contextuais é outro elemento que dá sentido e racionalidade aos enunciados, assim como reforça a estabilidade. 3. Os recursos lingüísticos de uso estabilizador são os processos efetuados por estratégias anafóricas de continuidade referencial. No jornalismo impresso há a retomada dos referentes por repetição, por sinonímia ou paráfrase e pela pronominalização correferencial (Marcuschi, 2000:192). Enfim, o princípio básico é que o fato jornalístico é aceito como verdadeiro em si mesmo e por conta de outro enunciado jornalístico que lhe serve de justificação, e que, por sua vez, será o referente de um outro. Essa cadeia de inter-relações de significados vai tecendo o sentido de estabilidade jornalística.

A indeterminação do discurso jornalístico

O jornalismo é ainda o mundo da ambigüidade e da indeterminação. Com essa afirmação não queremos evidenciar um defeito. Pelo contrário, é aqui onde a força persuasiva do jornal é determinante. E, se tudo que dissemos até agora for verdade, não há contradição na ambigüidade jornalística. Primeiro, porque a vagueza é uma característica essencial da linguagem (Wittgenstein) e porque um enunciado vago corresponde à nossa percepção da realidade ou do uso que fazemos das expressões vagas (Dummett, 190:343-345). Ora, o mundo que o jornal se refere não é discretizado, somos nós que compartilhamos significados e os transformamos em palavras e enunciados. Devemos esclarecer que o fato jornalístico é composto de proposições fenomenológicas no âmbito de uma linguagem de caráter descritivo. Daí que a especificação é quase sempre parcial do sentido pela própria impossibilidade das frases descritivas determinarem um sentido preciso. Portanto, a ambigüidade e a indeterminação ocorrerão sempre nas relações entre falantes, ouvintes, notícia e

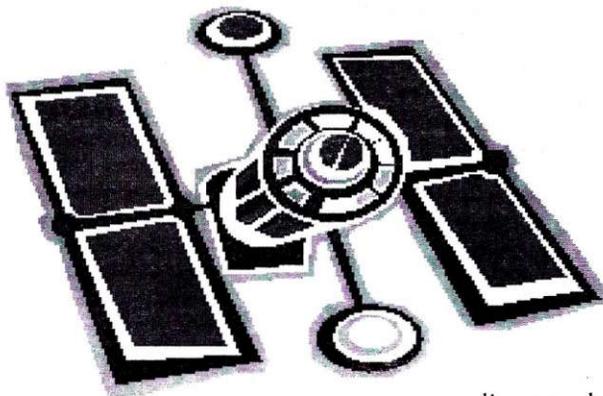
leitor. E se aplicarmos a distinção que Frege faz entre referente e sentido, veremos que o referente pode ser o mesmo, porém o sentido ou os sentidos poderão ser diversos. Além disso, a linguagem que utilizamos já dispõe de instrumentos próprios, como a polissemia, a metáfora, a metalepse / a metonímia, a adequação / a legitimação, os múltiplos sentidos, que enriquecem as proposições jornalísticas, mas favorecem a indeterminação e a ambigüidade, afastando-se do que se poderia esperar das notícias jornalísticas como sendo a tradução dos fatos a que se referem.

O mundo jornalístico

Três pressupostos são fundamentais para entendermos o que denominamos de mundo construído pelo jornalismo: 1. A função do jornalismo é reforçar as formas estabilizadas/ institucionalizadas da sociedade, e admitimos que este mundo não é um mundo pronto para ser dito, mas construído de forma interativa e discursiva pelos falantes. 2. Paradoxalmente, não é a notícia que atrai o leitor/ ouvinte/ telespectador, mas a impotência da notícia para mudar algo. 3. Os sujeitos dos fatos noticiados fazem parte, são membros do mundo e por isso devem possuir um comportamento de cumprimento de suas funções dentro da sociedade, conforme a fórmula X equivale Y em C.

O jornalismo parte de uma imagem de mundo não negada pela audiência, mas também sabe que há várias formas de vida e que é possível provocar entrelaçamento entre elas. O aceito e o dado são formas de vida que aparecem como esquema conceitual, como processo iteracional e como pressuposições, porém não há segurança de que os interlocutores participem ou conheçam as mesmas formas de vida.

O texto jornalístico é estruturado predominantemente de enunciados relatados (Maingueneau) ou discursos representados (Fairclough), isto é, há muitos outros textos que o redator, que procura não aparecer, credita aos envolvidos nos fatos jornalísticos. Outra característica do discurso jornalístico é



aparecer como um discurso da objetividade do mundo externo que pensamos ser acessível a todos. Na verdade, como temos demonstrado até aqui, há uma intersubjetividade em que interlocutores contribuem para a compreensão da objetividade do mundo.

Outro elemento importante do discurso jornalismo é a aceitação de que os conhecimentos dos falantes e ouvintes são tidos como contexto para fazer e reconhecer a referência. O discurso, portanto, se apresenta como contexto tanto dentro de uma conversação como sendo um tópico do discurso. Também entra como contexto o repertório, que inclui os conhecimentos denominados Background, senso comum, enciclopédico, sociocultural. O significado vem do conhecimento que o locutor imagina que os outros possuem, antes de iniciar um processo de comunicação, em virtude de ser membro de uma comunidade lingüística. Esse repertório é tomado, às vezes, como conhecimento mútuo, isto é, o locutor, ao proferir um enunciado, leva em consideração o conhecimento dos seus ouvintes.

O enunciado jornalístico, na sua condição de informador dos fatos do mundo extra-mental, traz um conjunto de referências que recebe na lingüística o nome de dêixis. Assim, os elementos lingüísticos que são usados para situar o enunciado são chamados de dêiticos. As categorias principais da dêixis são: pessoa, lugar e tempo, discurso e dêixis social. A importância do dêitico de pessoa, no caso específico do jornalismo, o falante / redator/ jornalista tenta encobrir sua

participação nos fatos que relata mediante a impessoalidade, ou se colocar com a segunda pessoa distanciada do enunciado, ficando o sujeito do discurso relatado responsável pelas orientações dêiticas, ou pelo menos é colocado como um segundo centro dêitico. A dêixis de lugar concerne a situações espaciais relativas dos participantes no evento da fala. Mondada (1994:99-103) diz que a verbalização do espaço e a espacialização da linguagem são formas de organização e categorização do mundo pela língua e pelo discurso. A dêixis de tempo concerne a pontos periódicos temporais relativos ao tempo da enunciação oral ou escrita. O tempo da notícia e da reportagem é, por tradição e uso, o pretérito perfeito que narra fatos passados e que tem um locutor/redator que organiza o texto em forma de discurso relatado. A dêixis do discurso ou dêixis textual faz referência a trechos dentro do próprio discurso à semelhança do contexto. A dêixis social faz referência a distinções sociais relativas aos papéis dos interlocutores. Em jornalismo, os participantes da notícia são identificados pelo papel mais importante que exercem na sociedade ou a função que desempenhavam quando os fatos aconteceram.

Como podemos constatar, a construção do mundo jornalístico, na verdade, é mais uma organização discursiva das visões de mundo apresentadas. É a descrição das modificações dos estados de coisas incluindo aí o espaço, o tempo e as propriedades factuais. São enunciados informativos, levando em conta como o fato ocorreu, as declarações, os protagonistas e as circunstâncias. O significado dos fatos ou o seu valor se encontram no próprio ato de sua divulgação. A relevância jornalística é o que determina, no seu conjunto, um significado não natural, no sentido de Grice. A dêixis vai ser o elemento específico dessa construção discursiva jornalística.

O mundo construído pelo jornalismo, no entanto, só é possível pelo caráter social da linguagem, na qual está implícito que os objetos do mundo não são criados por nós e que também a significação é interacional. Nós fabricamos modos de

perceber o mundo e essa percepção e descrição que fazemos dele são frutos de categorizações que elaboramos constantemente dos objetos que nos rodeiam. A consequência é que “ao se partilhar uma linguagem, se partilha também uma imagem do mundo. Essa imagem será necessariamente verdadeira, nas características gerais. E assim, manifestá-las na linguagem é manifestar a realidade”, nos diz Davidson (1990:110). A nossa comunicação vem a ser o resultado da partilha que efetuamos dessa imagem de mundo. Concentrando-nos na linguagem descobriremos as características gerais do mundo.

Enfim, o que está em jogo não é o jornalismo ser o retrato da realidade, mas ser o sujeito privilegiado que propõe sua versão pública dos fatos. Os donos do poder, assim como os controladores dos meios de comunicação social, sabem, pelo menos inconscientemente, que a realidade e o mundo são apenas parâmetros para a notícia e os demais textos jornalísticos. Entendem que os fatos jornalísticos são como luzes que dão sentido ao mundo extramental. Compreendem que o jornalismo e outras instituições competem para impor uma visão de sociedade. Nos regimes totalitários, por outro lado, o ditador tem a pretensão de identificar a realidade e a notícia como sendo uma coisa só. Daí obrigar a sociedade a ter acesso apenas a uma imprensa oficial. Outros veículos de informação são proibidos porque, sendo oposição, deturparão a realidade. Segue aquela lógica que abraça o conceito de um mundo natural, que é dado pronto para ser conhecido e dito.

Abstract

It is our contention that journalism produces a representation and a sense of the world that can be taken much more as a tract than a portrait of reality. Journalistic facts are epistemological forms of organizing the world, forms that reinforce contexts of stabilized models and, paradoxically, exhibit a considerable amount of indetermination and ambiguity in the reporting of events. We assume the theory of indetermination as a realm that is intrinsic to language and in which the determination of sense is the fruit of an interactive, discursive construction of reality. We point out aspects regarding the very

mode of sense production through referential activity in not accepting that language is on one side and facts are on the other, and that it is up to the individual – the journalist – to use them for clear and univocal reporting.

Keywords: objectivity, categorization, discourse, institutional fact.

Bibliografia

- ARISTÓTELES. (1985). *Organon – I Categorias – II Periémeineias*. Trad. Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores Ltda.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot e. (1984). *Lógica ou Os primeiros desenvolvimentos da arte de pensar*. Condillac / Helvétius / Degérando: Textos Escolhidos. 3ª.ed. Trad. Luiz Roberto Monzani (et.al.). São Paulo: Abril Cultural.
- DAVIDSON, Donald. (1990). *Método da verdade em Metafísica*. W. V. O. Quine. Alonso Church, Alfred Tarski e Donald Davidson: Existência e Linguagem – ensaios de metafísica analítica. Lisboa: Editorial Presença.
- DUMMETT, Michael. (1990). *La Paradoja de wang (1970)*. In: *La verdad y otros Enigmas*. Trad. Alfredo Herrera Patiño. México: Fondo de Cultura Económica.
- ECO, Umberto. (2000). *Tratado Geral de Semiótica*. 3ª.ed. Trad. Antônio de Pádua e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva.
- EMERY, Edwin. (1965). *História da Imprensa nos Estados Unidos*. Trad. E. Alkimin Cunha. Rio de Janeiro: Editora Lidador.
- HABERMAS, Jürgen. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HUME, David. (1972). *Investigação acerca do entendimento humano*. Trad. Anoar Alex. São Paulo: Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo.
- KOVACH, B & ROSENSTIEL, T. (2003). *Os Elementos do Jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. (2000) *Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente*. In: Dino PRETI (org.) *Fala e Escrita em Questão*. (Projetos Paralelos – NURC/SP, Núcleo USP, vol.4. São Paulo: Humanitas.
- MONDADA, Lorenza. (1994). *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours*. Lausanne: Université de Lausanne.
- MONDADA, L e DUBOIS, D. (1995). *Construction des objets de discours et categorization: une approche des processus de référenciation*. In: BERRENDONER, A. e REICHLER-BEGUELIN, M.-J. (eds.).
- PUTNAM, Hilary. (1992). *Razão, Verdade e História*. Trad. Antonio Duarte. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SEARLE, John R. (1995). *The Construction of Social Reality*. New York: The Free Press edition.
- TALESE, Gay. (2000). *O reino e o poder – Uma história do New York Times*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras.